

38

Revista Portuguesa de História

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Instituto de História Económica e Social
Coimbra 08

Revista Portuguesa de História
t. XXXVIII (2006)
pp. 377-398

**Apontamentos para a história da
Escola de Enfermagem Ângelo da Fonseca
(1881-2004)**

ANA ISABEL COELHO PIRES DA SILVA
Licenciada em História
Doutoranda da FLUC

Introdução

O objectivo deste estudo é compreender a origem e a evolução histórica da Escola Ângelo da Fonseca, no contexto internacional e nacional da enfermagem e do respectivo ensino, contemplando os principais aspectos da vida da instituição¹.

Recorreu-se essencialmente a dois tipos de fontes, as impressas (legislação e variadíssimos jornais e revistas de carácter generalista ou científico) e a documentação conservada no Arquivo da Escola Superior de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca. A escassez de fontes directas e a insuficiência das

¹ O presente artigo consiste numa síntese da obra “*Da arte de enfermeiro*”. *A Escola de Enfermagem Ângelo da Fonseca das origens à actualidade (1881-2004)*, realizada sob orientação científica da Prof. Doutora Irene Vaquinhas. A obra foi solicitada pelo último Conselho Directivo da Escola Superior de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca (de Julho de 2004 a Agosto de 2006), constituído pelos professores Prof. Doutor António de Jesus Couto (presidente), Prof. Doutor Jorge Manuel Amado Apóstolo e Dr.ª Ana Paula Forte Camarheiro (vice-presidentes), pelo Dr. João Nuno Cruz Costa de Oliveira (representante do pessoal não docente) e pelo estudante Rui Miguel Lopes Martins (representante dos estudantes). A essa Direcção, em particular ao Prof. Doutor António Couto e à Sr.ª Dr.ª Ana Paula Camarheiro, agradecemos todo o apoio prestado e o empenho amigo no acompanhamento da pesquisa e da elaboração do estudo. A obra foi entregue, em Fevereiro de 2007, à actual Direcção da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, aguardando-se a sua publicação.

indirectas, sobretudo imprensa médica, para o período de finais do século XIX e três primeiras décadas do XX, dificultou a compreensão da conjuntura em que a Escola foi criada e, principalmente, a da época em que voltou a funcionar, nos anos de 1920, após uma longa interrupção.

I. A enfermagem e o ensino de enfermagem no século XIX e até à I Guerra Mundial e as origens da Escola Superior de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca²

A Escola Ângelo da Fonseca teve origem na primeira escola de enfermeiros criada em Portugal, em 1881. Nessa altura, em Inglaterra, assistia-se a um movimento de fundação de escolas de enfermeiras impulsionado por Florence Nightingale, segundo a qual a pertença a uma família abastada ou a vontade de oferecer consolo espiritual não eram qualificações suficientes para a enfermagem. A carismática enfermeira lutou pelo aperfeiçoamento da profissão através de treino, de salários e de estatuto superiores, opondo-se ao conceito de trabalho gratuito defendido pelas irmandades religiosas para a *head-nurse* ou *sister* e sustentando uma estrita separação entre o trabalho de enfermagem e o trabalho doméstico, realizado por pessoal servente.

Em França, na segunda metade do século XIX, era evidente a soberania das religiosas na prestação de todo o tipo de cuidados, com destaque para a acção das Irmãs da Caridade. O nascimento da profissão de enfermeira esteve ligado à laicização dos cuidados de saúde, em ligação com a revolução de Pasteur e o advento da 3.^a República, tendo implicado a criação de escolas de enfermagem, quer públicas, nomeadamente as escolas municipais de Paris (1878), quer privadas, ligadas a sociedades de socorro, com destaque para as da *Cruz Vermelha*. A enfermeira ideal era, antes de mais, uma mulher, dadas as qualidades inatas então atribuídas ao sexo feminino e ligadas à maternidade, mais especificamente: a competência manual doméstica, a submissão e a devoção. Deste modo, o pessoal de enfermagem francês era quase exclusivamente feminino. A existência de formação e recrutamento específicos é um dos aspectos que permite considerar a enfermagem uma profissão bem definida desde o início do século XX, tendo-se registado uma evolução na qualificação das respectivas tarefas entre 1880 e 1914. Porém, a profissionalização da enfermagem conheceu diversas limitações, decorrentes dos limites da laicização (defesa do celibato e do trabalho gratuito), traduzidos na fórmula paradoxal de “religiosa-laica”.

² Ver “*Da arte de enfermeiro*”..., pp. 6-78.

Em Portugal, onde o debate acerca da enfermagem religiosa/secular se inseriu na questão das Irmãs da Caridade e do anticongreganismo, os médicos Costa Simões e Miguel Bombarda manifestaram-se contra as tentativas de introdução de religiosas nos hospitais nacionais, servidos apenas por pessoal laico, de ambos os sexos. Porém, este era insuficiente, não tinha formação e era mal remunerado, trabalhando e vivendo em condições difíceis, quase sem apoios sociais. Entretanto, entre o final do século XIX e o início do XX, fizeram-se sentir no país os efeitos da chamada revolução pasteuriana: os progressos médicos iam sendo acompanhados por alguns clínicos e novos métodos, introduzidos nos hospitais. O novo contexto científico e médico reclamava a formação dos enfermeiros, surgindo, no final do século XIX, as primeiras escolas de enfermagem portuguesas. Resultaram da iniciativa das administrações dos principais hospitais do país, mais concretamente, os Hospitais da Universidade de Coimbra (1881), o Hospital Real de S. José, em Lisboa (1887), e o Hospital Geral de S. António, da Misericórdia do Porto (1897), e contribuíram para a profissionalização da enfermagem, coincidindo com uma certa emancipação do carácter doméstico da actividade. Os clínicos portugueses consideravam a formação profissional do enfermeiro condição do bom desempenho da sua função de auxiliar, à qual este se deveria limitar (o perigo do *enfermeiro clínico*), e, não obstante certos preconceitos, valorizavam o seu trabalho.

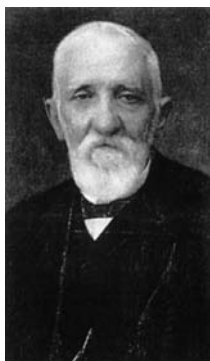


Foto 1 – Costa Simões.

Fonte: Dr. Costa Simões, separata do jornal *Bairrada Elegante*, n.º 597, 17/10/1944, Mealhada, edição fac-similada da Câmara Municipal da Mealhada, 2004.

É neste contexto que se insere a criação da Escola Ângelo da Fonseca, por iniciativa do médico Costa Simões, homem empenhado e interveniente, que aliou uma sólida carreira científica e académica ao desempenho de importantes cargos administrativos nas esferas municipal, universitária e sobretudo hospitalar, sendo então administrador dos Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC). O objectivo do fundador era «dar melhor instrução aos enfermeiros e enfermeiras e habilitar as criadas [...] a concorrer às vagas, que se estavam dando, no quadro

das enfermeiras»³. Tratou-se de uma escola «de proporções limitadíssimas», sendo leccionadas apenas quatro cadeiras, três de carácter preparatório (Instrução Primária, Português e Tradução de Francês) e uma de Serviços de Enfermaria, baseada nos manuais das recentes escolas municipais de Paris, embora mais prática do que teórica. Esta cadeira estava a cargo do cirurgião Costa Duarte, autor do manual *O Guia do Enfermeiro*, então litografado. Fruto exclusivo da iniciativa privada de Costa Simões, com a colaboração do citado professor mas sem apoios oficiais, a escola funcionou apenas durante alguns meses, de 17 de Outubro de 1881 aos inícios de 1882. Seguiu-se um longo período em que não houve ensino de enfermagem organizado nos HUC, somente algumas aulas dadas por médicos a título individual.

II. A enfermagem e o ensino de enfermagem na I Guerra Mundial e na década de 1920 e a Escola de Enfermagem dos Hospitais da Universidade de Coimbra⁴

Alguns autores consideram que a participação das enfermeiras francesas na I Guerra Mundial lhes trouxe maior autonomia e capacidade de decisão e lhes garantiu o reconhecimento público. Em 1922, a profissão foi oficialmente reconhecida, ficando a obtenção do diploma de enfermeira dependente da frequência do ensino uniformizado pelo Estado. Porém, não se alterou a imagem da enfermeira como alguém devotado, humilde e obediente ao médico e consolidou-se a ideia da enfermagem como uma profissão feminina. A própria intervenção estatal no domínio da formação terá limitado o efeito dos progressos registados (só em 1938 o diploma passaria a ser exigido para o exercício da enfermagem em todos os estabelecimentos assistenciais).

O movimento a que se assistiu em França após a I Guerra Mundial, no sentido da profissionalização da enfermagem, partira de Inglaterra e passara depois aos Estados Unidos. Ainda em 1888, a *British Nurses Association* iniciara uma campanha visando obter o reconhecimento oficial da profissão e, com o apoio do Estado, foi aprovado o *Nurses Registration Act* (1919), que estabelecia o registo obrigatório das enfermeiras e instituía a licença de prática, dependente da frequência de um curso uniformizado a nível nacional. Apesar de tudo, o projecto da associação britânica teria em parte falhado, em particular no respeitante aos salários e às condições de trabalho. Nos Estados Unidos, onde, no final do

³ A. A. Costa Simões, *A minha administração dos Hospitais da Universidade. Uma gerência de 15 anos sob a reforma de 1870*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1888, p. 333.

⁴ Ver “*Da arte de enfermeiro*”..., pp. 79-154.

século XIX, a enfermagem era vista como um trabalho subalterno, a acção de associações profissionais, como a *National League of Nursing Education* e a *American Nurses Association*, levou à aprovação de legislação que melhorou a qualidade do ensino e instituiu o registo das enfermeiras. No entanto, aquelas não conseguiram legitimar o seu direito a regular a enfermagem, nem promover a unidade entre os seus praticantes.

Dois aspectos são comuns ao processo de profissionalização da enfermagem em vários países: as vicissitudes sofridas, em ligação com a resistência à autonomização de uma tarefa durante tanto tempo subalterna; e a importância central da formação.

Na sequência da entrada de Portugal na I Guerra Mundial, em 1916, surgiram dois cursos destinados a enfermeiras militares, o da *Cruzada das Mulheres Portuguesas* e o do Hospital Militar do Porto, frequentado por mulheres de estratos sociais elevados. O contributo das enfermeiras militares durante a Guerra foi uma questão debatida na Câmara dos Deputados e no Senado da República, em 1922, a propósito da discussão sobre a permanência das enfermeiras no exército em tempo de paz. Na verdade, parece ter sido a Guerra a despertar em Portugal um movimento de valorização do trabalho das enfermeiras e de defesa da sua superioridade relativamente ao dos enfermeiros, com base nas qualidades consideradas inatas ao sexo feminino. As primeiras associações de classe e os primeiros periódicos profissionais portugueses no domínio da enfermagem, forte indício da profissionalização, datam de meados da década de 1920. Reclamavam a exclusividade do exercício profissional para indivíduos diplomados pelas escolas oficiais (em oposição ao curandeirismo, ao voluntariado forçado nos hospitais e à enfermagem religiosa), conjugada com a uniformização do ensino profissional, bem como melhores condições laborais (horários e segurança no trabalho). Foi com o objectivo de melhorar o estado crítico dos serviços de enfermagem dos Hospitais Cívicos de Lisboa, que, na sequência da reforma desta instituição, se reorganizou em 1918 a Escola Profissional de Enfermeiros (1901), agora Escola Profissional de Enfermagem (Regulamento de 1922).

Da mesma forma, em 1919, por ocasião da reestruturação dos HUC, foi neles organizada uma Escola de Enfermagem, cujo Regulamento sairia em 1920, destinada à habilitação do pessoal dos Hospitais. A obtenção do respectivo diploma era condição para integrar o quadro de pessoal temporário e aceder ao de pessoal definitivo. Eram ministrados dois cursos, o geral (dois anos), que habilitava para o lugar de enfermeiro, e o complementar (um ano), para o de enfermeiro-chefe, com um currículo de oito cadeiras no total, que representava uma significativa evolução em relação ao limitado plano de estudos adoptado

por Costa Simões. A Escola destinava-se a indivíduos de ambos os sexos, dos 17 aos 25 anos de idade, habilitados com o exame de instrução primária do 2.º grau, ou seja, melhor preparados do que os destinatários do curso de 1881. O ensino, sobretudo na sua vertente prática, estaria condicionado às exigências do serviço hospitalar, verificando-se um aproveitamento do trabalho dos alunos (os «praticantes do período escolar») por parte dos Hospitais. De resto, a Escola dependia fortemente dos HUC, não tendo instalações ou director próprios, integrando-se no quadro de serviços prestados pelos Hospitais.

III. A enfermagem e o ensino de enfermagem nas décadas de 1930 e 1940 e a Escola de Enfermagem do Dr. Ângelo da Fonseca⁵

Em França, nas décadas de vinte a sessenta, a profissão de enfermeira não terá sabido impor a sua autonomia e a sua especificidade, devido sobretudo à resistência das instituições e das mentalidades, à diversidade de vias profissionais e à heterogeneidade social das praticantes. A maioria das enfermeiras trabalhava em meio hospitalar. As más condições de vida e de trabalho conduziram à falta de profissionais, mas o progresso das técnicas médicas teve consequências positivas ao nível da enfermagem, levando à substituição da concepção maternal do doente pela técnica, bem como ao aumento da auto-estima profissional, dada a responsabilidade associada a novas tarefas. Os esforços realizados no sentido de aperfeiçoar o ensino da enfermagem deram os seus frutos, mas a carência de enfermeiras e de quadros manteve-se e continuariam a faltar ao ensino da profissão princípios sólidos e meios adequados, sendo aquele eminentemente prático.

Em Portugal, nos textos das décadas de 1930 e 1940 que traçavam o retrato do enfermeiro ideal, o masculino foi substituído pelo feminino “enfermeira”. Tal facto reflectia a afirmação das mulheres na profissão, evidente na superioridade numérica do pessoal de enfermagem feminino face ao masculino nos hospitais, bem como na criação de um sindicato profissional exclusivamente feminino, o *Sindicato Nacional Feminino das Enfermeiras do Distrito de Lisboa* (1936). O Decreto-lei n.º 36.219 (1947) viria a consagrar legalmente a preferência pelo pessoal feminino, ao nível do ensino de enfermagem. A enfermeira ideal deveria reunir uma série de qualidades morais, muitas delas ligadas à sua condição de mulher, como a obediência à autoridade masculina do médico, ainda que temperada pela consciência da profissional, responsável pelos seus actos, ou a capacidade de entrega total à profissão, a qual justificaria a proibição do tirocínio

⁵ Ver “*Da arte de enfermeiro*”..., pp. 155-222.

e da prática da enfermagem a mulheres casadas ou viúvas com filhos (decretos de 1938 e 1942). Outras virtudes apontadas, como a vocação e a caridade, remetiam ainda para a importância da moral religiosa em enfermagem.

Durante as décadas referidas, mantiveram-se as difíceis condições de vida e de trabalho dos enfermeiros portugueses (má remuneração, horários pesados, sobrecarga de trabalho), com reflexos na falta de pessoal. A classe, que só em 1946 passou a reunir-se em torno do *Sindicato Nacional de Profissionais de Enfermagem*, continuava a defender a regulamentação da profissão, como forma de definir as funções do enfermeiro e evitar conflitos com médicos e farmacêuticos.

Quanto ao ensino de enfermagem, o país continuava a dispor apenas de duas escolas oficiais, a de Coimbra e a de Lisboa, reformada em 1930, passando a designar-se Escola Artur Ravara, para além da nova Escola Técnica de Enfermeiras (1940), do IPO. A par destas, existiam diversas escolas particulares, ligadas a hospitais de Misericórdias (Porto e Braga) ou a congregações religiosas, destacando-se a de S. Vicente de Paulo. A maior parte dos manuais escolares usados enfatizava os valores femininos e religiosos da profissão, mas também já os seus aspectos técnicos. Através do Decreto n.º 32.612 (1942), o Estado passou a intervir no ensino da enfermagem, visando o seu controle e uniformização. Neste sentido, e face à escassez de enfermeiros e ao seu baixo nível de preparação técnica, o Decreto-lei n.º 36.219 (1947) introduziria alterações significativas: criação dos cursos de auxiliares de enfermagem e de pré-enfermagem; generalização às escolas oficiais do curso de aperfeiçoamento, destinado à formação de enfermeiros-chefes e monitores; subida de nível das habilitações literárias exigidas para o curso geral (da instrução primária para o 1.º ciclo liceal); consagração do princípio do internato; valorização da componente prática do ensino, sobretudo através dos estágios.

Em 1931, a Escola de Enfermagem dos HUC passou a designar-se Escola de Enfermagem do Dr. Ângelo da Fonseca, então director substituto e depois efectivo dos Hospitais. A alteração do nome atendia à petição de uma comissão de funcionários dos HUC, que reconheciam o empenho de Ângelo da Fonseca na preparação profissional do que chamava a «sua enfermagem». Porém, a razão principal da homenagem que o governo prestou ao médico não terá sido o seu eventual contributo para a história da Escola (alguns autores sugerem a sua intervenção na oficialização da instituição, em 1919), mas sim os serviços por ele prestados aos Hospitais.

Até ao final da década de 1940, a Escola continuou a ter como finalidade a preparação de pessoal destinado aos quadros dos HUC, em cujos serviços era feita uma longa aprendizagem prática após a conclusão do curso. No entanto, a necessidade cada vez maior de enfermeiros a nível nacional e o



Foto 2 – Ângelo da Fonseca.

Fonte: Alberto Mourão, *Crónica dos Hospitais da Universidade de Coimbra*, Coimbra, HUC, 1994, p. 49.

novo enquadramento legal trazido pelo Decreto-lei n.º 36.219 (1947) induziram uma evolução funcional, passando a Escola a formar profissionais destinados a instituições de todo o país. Em paralelo, registou-se uma evolução orgânica, com a conquista da autonomia técnica e administrativa, embora mantendo como órgãos superiores de direcção e administração os dos HUC.

IV. A Escola durante a década de 1950, no contexto nacional da enfermagem e do ensino de enfermagem⁶

Na década de cinquenta, a enfermagem portuguesa ficou marcada por fortes preocupações profissionais, evidentes na realização da I e da II Reuniões Nacionais dos Profissionais de Enfermagem, em Lisboa (1950) e em Coimbra (1954). Neste último encontro, subordinado ao tema *A Enfermeira, militante da Saúde*, aquela já não era «auxiliar ou servidora do médico», mas sim «imprescindível colaboradora», alteração que implicaria uma nova visão da profissão. Outro aspecto que caracterizou a enfermagem portuguesa no período referido foi a abertura ao estrangeiro, estabelecendo-se diversos contactos com a *Organização Mundial de Saúde* (OMS), bem como intercâmbios com hospitais e escolas de enfermagem de outros países. No entanto, a característica mais marcante desta década foi a falta de enfermeiros, devida à conjugação de uma série de factores: más condições de trabalho; baixa remuneração; fraca consideração social pela profissão; proibição do casamento às enfermeiras (principal causa do abandono prematuro da profissão entre as mulheres).

O Decreto-lei n.º 38.884 (1952) veio revogar o de 1947, embora mantendo o objectivo de «melhorar a preparação técnica dos enfermeiros e elevar o seu nível social e profissional» e com uma redacção idêntica. Entre as poucas alterações, destacam-se as relativas aos cursos, como a extinção do de pré-enfermagem ou o aumento da duração do geral para três anos. O Regulamento das Escolas

⁶ Ver “*Da arte de enfermeiro*”..., pp. 223-322.

de Enfermagem de 1952 (Decreto n.º 38.885) também não implicou mudanças significativas no quadro legal instituído em 1947, embora se distinga, quanto ao funcionamento dos cursos, por fixar as condições em que deveriam decorrer os estágios, «de preferência em enfermarias-escolas».

Ao longo de toda a década, a questão da formação em enfermagem foi várias vezes abordada na Assembleia Nacional, em articulação com a da falta de enfermeiros. Contra as vozes críticas da actuação do Governo, destacou-se a de João Porto, director dos HUC, elogiando as medidas do executivo e a qualidade do ensino ministrado nos estabelecimentos oficiais, em particular a Escola Ângelo da Fonseca.



Foto 3 – «Bela profissão a de enfermagem».

A fotografia e a legenda citada ilustram um dos postais publicitários da Escola Ângelo da Fonseca, elaborados na década de 1950. A enfermeira retratada trabalhava no «Serviço de reeducação» dos HUC, e segurava uma criança com poliomielite, que reaprendia a caminhar. A imagem apelava ao instinto maternal das raparigas que se prendia atraindo para a profissão.

Fonte: Arquivo Fotográfico da Escola Superior de Enfermagem Ângelo da Fonseca.

O período durante o qual João Porto dirigiu os HUC e a Escola (1942-1961) foi, para esta, de reforma e de grande desenvolvimento. Dois dos aspectos em que, no início década de 1950, se manifestou o carácter modelar da Escola em relação às suas congéneres foram as enfermarias-escola, anteriores ao Regulamento de 1952, a cargo exclusivo de alunos e pessoal docente e de grande extensão (em 1953, abarcavam um quarto da população internada nos Hospitais), e as Brigadas de Educação Sanitária da Família (1950), serviço de assistência domiciliária, com sede no LAEC (Lar das Alunas-Enfermeiras de Coimbra), inserido no Serviço Social dos HUC e também entregue ao corpo discente. A Escola era, nas palavras do seu director, uma «fonte de economia para os HUC», visto que o valor do trabalho dos alunos excedia o dos custos que a sua formação implicava⁷. No entanto, o problema da insuficiência e das

⁷ Arquivo da Escola Superior de Enfermagem Ângelo da Fonseca (AESEAF), B-20,1,1, Correspondência Expedida, 1952-1953, 22 de Setembro de 1952.

más condições das instalações de internato e escolares era uma preocupação constante, sem solução à vista.

O Regulamento escolar de 1953 trouxe alterações importantes a vários níveis, desde a direcção e administração (criação de novos órgãos) ao pessoal (alargamento do quadro, com especial impacto nas categorias de monitores), passando pelas condições de admissão (subida das habilitações mínimas e introdução do exame de aptidão), pelos cursos (para além do geral e do complementar, o de auxiliares de enfermagem) e pelas chamadas «actividades circum-escolares», em cujo âmbito a Escola realizou as primeiras visitas de estudo. Ficou também regulamentada a concessão de bolsas de estudo, bem como a entrega anual de prémios escolares (pecuniários ou sob a forma de livros).



Foto 4 – Anúncio da Escola Ângelo da Fonseca publicado na revista *Enfermagem Portuguesa* (1958-1959).

Quanto ao pessoal, registou-se falta de provimento dos lugares nas categorias de monitores e de professores, contratados na sua maioria a título eventual. Em termos financeiros, verificou-se um equilíbrio das contas, sendo os subsídios a principal fonte de receita e concentrando-se a despesa no pagamento ao pessoal e, no final da década, na aquisição de diverso material escolar. Na Escola, os anos cinquenta ficaram também marcados pela fixação de duas ocasiões festivas anuais, a do dia de S. João de Deus (8 de Março), «rito iniciático» em que os alunos envergavam o uniforme pela primeira vez e se fazia a imposição do véu e das insígnias, e a de encerramento do ano escolar, em que os novos enfermeiros assumiam um duplo compromisso, perante as autoridades religiosas (Consagração ao Sagrado Coração de Jesus) e civis (Juramento Profissional). Nesta década, destacam-se ainda os contactos da Escola com profissionais e instituições estrangeiros e a sua ligação à OMS, bem como a sua estreita relação com a Secção de Coimbra do *Sindicato Nacional dos Profissionais de Enfermagem*.

V. A Escola durante a década de 1960, no contexto internacional e nacional da enfermagem e do ensino de enfermagem⁸

Para a enfermagem francesa, a década de sessenta significou uma tomada de consciência colectiva e uma forte intervenção sindical, por contraste com a década anterior, em que as associações e sindicatos manifestaram uma relativa impotência. As mudanças ocorridas transpareceram na imprensa profissional, enriquecida e renovada desde a II Guerra Mundial. Os acontecimentos de Maio de 68 vieram surpreender e revolucionar o meio profissional, mas rapidamente se instalou a decepção, uma vez que a falta de pessoal não permitiu pôr em prática as regalias obtidas pela via legal.

Segundo alguns autores, a enfermagem alcançou a «adolescência» na década de 1960, começando então a ser pensada como ciência. Portugal poderá ter importado tal concepção através das enfermeiras que se deslocavam ao estrangeiro para formação ou intercâmbios, dada a intensificação desse movimento no referido período. Na primeira metade da década, nasceram o Serviço de Enfermagem Hospitalar e o Sector de Ensino de Enfermagem da Direcção-Geral dos Hospitais. Por outro lado, em 1963 terminou a proibição de casamento para as enfermeiras, continuando a profissão a ser concebida como essencialmente feminina, embora desempenhada tanto por mulheres como por homens. Na década de 1960, a enfermagem portuguesa seria ainda marcada por uma progressiva especialização (por exemplo, em 1964/65, organizou-se o primeiro Curso de Especialização em Enfermagem de Reabilitação, em ligação com a Guerra Colonial) e, no contexto da «Primavera Marcelista», pelo desenvolvimento do sindicalismo (criação da *Associação Portuguesa de Enfermeiros*, 1968), tendo início a reivindicação de um curso de promoção a enfermeiros por parte dos auxiliares de enfermagem.

No início dos anos sessenta, existiam em Portugal oito escolas oficiais e cinco particulares de enfermagem geral e sete escolas de enfermagem especializada (áreas da psiquiatria da puericultura). O número de enfermeiros e de auxiliares de enfermagem diplomados anualmente crescera bastante desde a década de quarenta, mas impunha-se ainda intensificar o ritmo de formação, devido à abertura de novos estabelecimentos de saúde e assistenciais. Os vários projectos elaborados, desde o final dos anos cinquenta, com vista à reforma do ensino da enfermagem só se concretizaram em 1965, com a promulgação do Decreto n.º 46.448, que previa a exigência de maiores habilitações para o ingresso nos cursos e a criação de uma escola destinada à formação de enfermeiros-chefes e

⁸ Ver “*Da arte de enfermeiro*”..., pp. 323-393.

docentes (a futura Escola de Ensino e Administração de Enfermagem, Lisboa). Ao estender aos monitores a possibilidade de leccionar qualquer aula teórica, para além das aulas práticas e dos estágios, o Decreto anunciava também a passagem do ensino da enfermagem das mãos dos médicos para as dos enfermeiros. Não obstante as medidas tomadas, certos problemas persistiram, em especial a falta de pessoal de enfermagem, preocupação subjacente ao Decreto-lei n.º 48.166 (1967), que estruturou as carreiras de enfermagem hospitalar, de saúde pública e de ensino.

Quanto à Escola Ângelo da Fonseca, durante os anos sessenta, o seu normal funcionamento e a sua participação no combate nacional à falta de enfermeiros foram comprometidos pela insuficiência e precariedade do espaço ocupado nos HUC e pela escassez de pessoal, em particular de monitores (os disponíveis não tinham formação suficiente ou estavam sobrecarregados, tendo sido necessário destacar enfermeiros dos Hospitais para o serviço docente). Apesar disso, sem esquecer uma situação financeira pouco folgada, investiu-se na actualização profissional do monitorado e, sobretudo, na melhoria das condições pedagógicas, com a aquisição de material didáctico, de livros e publicações, a montagem de uma biblioteca devidamente equipada (1969), a adopção de métodos complementares de ensino, como a projecção de filmes, e a realização de diversas visitas de estudo anuais, que associavam uma componente lúdica ao objectivo de complementar o ensino teórico.

A Escola apostou também sua publicidade, ou, como então se dizia, na «propaganda de matrícula», feita nos meses de Verão, através de cartazes, notícias ou anúncios na imprensa, postais ou mesmo brindes apelativos. Destacou-se ainda pelo seu envolvimento na comunidade, por intermédio da participação de alunas em iniciativas de solidariedade social em Coimbra, sobretudo peditórios, para além da organização do Posto de Socorros aos Peregrinos de Fátima (1964 e 1965), em conjunto com os HUC.



Fotos 5 a 8 – Bonecas de pano destinadas a publicitar a Escola nos anos sessenta. Da esquerda para a direita: Enfermeira-Chefe dos HUC; alunas do curso de auxiliares (1.ª e 2.ª fardas, esta com capa); aluna do curso geral. Pelo menos uma ainda conserva a marca «Mascotes Helena».



Fotos 9 a 15 – *Manual Ilustrado de Técnica de Enfermagem*, Wava McCullough (Inspectora do Centro de Enfermagem da Cruz Vermelha de Santa Mónica, Califórnia), trad. Maria Teresa d’Avillez (Enfermeira-Monitora), s.l., Livraria Sampedro, s.d. (carimbo da BGUC de Janeiro de 1959). Livro «de leitura simples, com desenhos humorísticos que tornam mais fácil o estudo», «utilíssimo para a instrução de principiantes de enfermagem». Embora não haja registo de ter sido utilizado na Escola Ângelo da Fonseca, há uma certa proximidade entre as bonecas publicitárias desta instituição e a personagem central do Manual, uma estilizada enfermeira,

VI. A Escola durante a década de 1970, no contexto nacional da enfermagem e do ensino de enfermagem⁹

No início da década de 1970 Portugal enfrentava ainda o problema da escassez de enfermeiros, discutido na Assembleia Nacional, mas os anos de 1972 e 1973 ficaram marcados por acontecimentos de impacto positivo na enfermagem, como a inauguração de escolas em quase todas as capitais de distrito ou a criação do Curso de Promoção de Auxiliares de Enfermagem à Categoria de Enfermeiros e de cursos de especialização.

Do 25 de Abril de 1974 ao final da década de 1980, a enfermagem portuguesa sofreu uma série de transformações importantes, nomeadamente, a criação de um nível único de formação básica para a prestação de cuidados gerais, o processo de autonomização das escolas anexas aos hospitais, passando a ser dirigidas por enfermeiros, a definição da carreira única e a integração do ensino de enfermagem no sistema educativo nacional a nível superior. Muitas das

⁹ Ver “*Da arte de enfermeiro*”..., pp. 394-464.

mudanças ocorridas foram consequência de um movimento de contestação e de participação activa por parte dos profissionais de enfermagem, o qual foi desencadeado pela Revolução de Abril e encontra paralelo na situação que se viveu em França após os acontecimentos de Maio de 1968.

Em 1974, foi extinto o curso de auxiliares de enfermagem, tendo esta classe imposto, pelo importante papel que desempenhava e pela sua força numérica, o nível único de formação. O novo Curso de Enfermagem (1976), a leccionar essencialmente por enfermeiros-docentes, teria como principais objectivos fornecer uma formação básica polivalente e preparar os enfermeiros para se tornarem agentes de mudança e de renovação na comunidade, participando no diagnóstico e na solução dos problemas de saúde. Ainda em 1974/75, a coordenação e a fiscalização do ensino de enfermagem passaram a ser da responsabilidade do *Instituto Nacional de Saúde* (INSA), em particular do Departamento de Ensino de Enfermagem (DEE). Por essa altura, o processo de democratização do ensino de enfermagem era evidente na acção reivindicativa e no associativismo estudantis, que pretendiam obter uma dimensão nacional.

Em 1976, os enfermeiros foram integrados na Função Pública, o que implicou uma valorização financeira e social da profissão. Em 1979, a possibilidade de integração do Curso de Enfermagem no Ensino Superior (a par do elevado número de candidatos) levou à subida do nível de habilitações mínimas exigidas para a sua frequência (Curso Complementar dos Liceus). Por fim, é de destacar a influência que a espiritualidade católica ainda exercia sobre a enfermagem no final da década de 1970, pelo menos em Coimbra, por intermédio da *Associação Católica dos Enfermeiros e Profissionais de Saúde*.

Na Escola Ângelo da Fonseca, a década de 1970 continuou a ser marcada pela escassez de monitores e pelo velho problema da falta de instalações, com implicações no número de alunos a admitir e nos cursos ministrados, sendo o de auxiliares o mais afectado. O Regulamento de 1970 trouxe, porém, importantes novidades, consagrando a plena autonomia técnica e administrativa das escolas, com a progressiva entrega da função docente aos enfermeiros, e a sua vocação nacional, bem como a participação de toda a comunidade escolar na respectiva administração (criação de novos órgãos e da Comissão de Alunos) e a preocupação com a selecção e a integração escolar dos alunos. Os anos de 1974 a 1976 foram de agitação, característica do período revolucionário e protagonizada quer por alunos, cuja Associação data de 1975 (falava-se em «ambiente de separação»), quer por funcionários, em cujos PTE (Plenário de Trabalhadores da Escola) foram eleitos novos órgãos directivos e discutidos processos de saneamento. Finalmente, em 1978, foi atribuído à Escola um novo edifício, localizado na Avenida Bissaia Barreto, mas a mudança decorreu ainda

em fase de acabamento, tratando-se de um período difícil, em que se pagaram os custos da autonomia em relação aos HUC, com restrições orçamentais (as despesas de manutenção do edifício tiveram um forte impacto) e escassez de pessoal. Apesar de tudo, no final da década, a Escola revelou-se «viva e aberta à comunidade», apostando na diversificação das actividades pedagógicas, na colaboração com diversas entidades e em iniciativas públicas como encontros desportivos ou debates¹⁰.

VII. O Lar das Alunas-Enfermeiras de Coimbra (LAEC)¹¹

O Lar das Alunas-Enfermeiras de Coimbra (LAEC) foi criado na sequência do Decreto-lei n.º 36.219 (1947), que estipulava dever o ensino de enfermagem funcionar em regime de internato, e destinava-se às alunas da Escola Ângelo da Fonseca e às enfermeiras recém diplomadas a trabalhar nos HUC. Funcionou em várias instalações e em diversas residências ao mesmo tempo, ficando as enfermeiras separadas das alunas e estas entre si, consoante o curso. Esteve sediado primeiro na Rua Venâncio Rodrigues (de 1952 a meados da década de 1960) e depois na Avenida Bissaia Barreto, em residências destinadas às alunas do curso geral. Os problemas resultantes da dispersão dos edifícios e da distância que as alunas tinham de percorrer diariamente entre o Lar, a Escola e os Hospitais alimentaram o desejo de um novo edifício escolar, com uma só residência, o qual só se veio a concretizar no final da década de setenta. Foi também só nessa altura que os alunos do sexo masculino passaram a poder usufruir de alojamento escolar, visto que até então o Lar, exclusivamente feminino, apenas lhes disponibilizava as refeições.

De acordo com os Estatutos, aprovados em 1949, o LAEC pretendia não só acolher e fornecer refeições às suas beneficiárias, mas também concorrer para a sua formação profissional e moral, «orientá-las e protegê-las», o que, segundo Coriolano Ferreira, se conseguiria não através de um internato rígido, mas de uma «residência de tipo familiar». Embora financeiramente dependente da Escola, que subsidiava os gastos mensais com cada aluna e os anuais com o arrendamento dos edifícios, e dirigido pelo Administrador e pela Monitora-Chefe daquela, o Lar era gerido de forma autónoma, contando com a participação das alunas.

¹⁰ AESEAF, 36,2,3, *Relatório da EEAF*, «Relatório de Actividades da Escola de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca (1978)» e «Escola de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca. Relatório de Actividades do ano 1979».

¹¹ Ver “*Da arte de enfermeiro*”..., pp. 477-544.

O Regulamento Geral de 1953, resultante da revisão do de 1949, reiterava o objectivo expresso nos Estatutos, «completar a formação das alunas no aspecto moral e social, desenvolvendo nelas o espírito da profissão e os sentimentos de [...] cooperação e solidariedade»¹². Assim, as beneficiárias usufruiriam de auxílio material (alojamento e refeições), profissional (concessão de facilidades na aprendizagem) e moral (ambiente familiar, vigilância, amparo e prática de deveres religiosos). As alunas casadas, viúvas, separadas ou com idade superior a 30 anos ficavam excluídas do internato, devendo, no entanto, tomar as suas refeições no Lar. Exigia-se que as utentes fossem arrumadas, «metódicas e pontuais», asseadas, especialmente cuidadosas com o uniforme e, quanto às relações com os outros, respeitadoras para com as superiores e delicadas para com as colegas e as criadas. Impunham-se condições ao contacto das internas com o exterior, em especial às saídas, de resto também limitadas de diversas formas pelos encarregados de educação. Apenas 17 a 23% das alunas tinha autorização para sair sozinha e, em metade desses casos, somente em situações específicas, como ir passar o fim-de-semana a casa. Muitas poderiam sair acompanhadas de familiares, outras de colegas do Lar ou de pessoas amigas a residir em Coimbra; algumas só o poderiam fazer com pessoas indicadas pela superior do Lar e muito poucas estavam autorizadas a sair com o namorado.

O número de alunas no LAEC aumentou progressivamente ao longo dos anos cinquenta e sessenta, sendo que, em 1960, só 15% das alunas matriculadas na Escola não usufruía do Lar em regime de internato. Fora desta instituição, a grande maioria das alunas residia com os pais (e irmãos) ou apenas com a mãe (e irmãos), morando outras com familiares em Coimbra e tendo sido algumas, na sua maioria órfãs, utentes de instituições de acolhimento. Parte das alunas, em especial as do curso de auxiliares, tinha uma situação familiar ou financeira precária, sendo que algumas já trabalhavam antes de ingressar na Escola e outras frequentavam em simultâneo aquele curso e aulas para a obtenção de habilitações superiores ou mesmo o Curso de Partos, de modo a ter maiores possibilidades de emprego. De acordo com as características apontadas pelos encarregados de educação, a maioria das alunas do Lar era obediente, bem formada, bondosa e bem comportada, o que correspondia ao perfil imposto pelo Regulamento.

Embora não tenha sido extinto, em 1978 o LAEC foi substituído pelo novo Bloco Residencial. De acordo com o Regulamento, este destinava-se a alunos de ambos os sexos e ao pessoal da Escola, de outras escolas, deslocados em visita

¹² Regulamento Geral do LAEC, art. 34.º. O documento encontra-se na Secretaria da Escola Superior de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca.

ou em serviço, ou mesmo de outras instituições, visto que, para rentabilizar o espaço e, ao mesmo tempo, servir a comunidade, a Escola cedeu alojamento no Bloco a várias entidades.

VIII. Os alunos da Escola ao longo do tempo¹³

A frequência da Escola aumentou progressivamente desde a década de 1920 à de 1960, registando então uma subida vertiginosa para cerca do dobro de alunos; nos anos setenta houve uma quebra, embora com níveis claramente superiores aos dos anos cinquenta. Os alunos do sexo masculino foram maioritários até 1950, mas, a partir de então e até ao final dos anos sessenta, as alunas representaram em média 67% do total, com uma tendência para o equilíbrio na década de 1970. Desde a sua criação (1947), o curso de auxiliares atraiu muito mais alunos do que o geral, o que se pode explicar pelo nível mais baixo das habilitações exigidas e pela menor duração. Enquanto nesse curso o número de alunos inscritos no exame de aptidão era, em norma, muito superior ao de admitidos à frequência (na década de 1950, só 58% dos inscritos era admitido), dadas as limitações da Escola em termos de instalações e pessoal, no curso geral, o número de inscrições no exame era em geral inferior ao *numerus clausus*, o qual, em certos anos, face à procura limitada, nem foi estabelecido.



Foto 16 – Alunos do curso de auxiliares de enfermagem nas Escadas Monumentais da Universidade de Coimbra (08/03/1956).

Fonte: AFESEAF.

¹³ Ver “Da arte de enfermeiro”..., pp. 545-581.

Dos anos trinta aos setenta, a maioria dos alunos tinha entre 19 e 23 anos de idade, registando-se um “envelhecimento” da população escolar (o peso da classe etária dos 14-18 diminuiu e reforçaram-se, em contrapartida, as dos 19-23 e 24-28 anos). Os alunos dos cursos geral e de auxiliares eram os mais novos, ao passo que 70% dos do curso complementar tinha mais de 29 anos e 40% dos do curso de promoção, mais de 39 anos. No conjunto, 72% dos alunos era natural das Beiras, sobretudo da Beira Litoral e, em especial, do distrito de Coimbra e envolventes. Embora na década de 1950 a Escola tenha exercido maior atracção sobre candidatos de outras zonas do país, devido por certo ao desenvolvimento pedagógico alcançado durante a direcção de João Porto, é evidente, desde os anos trinta aos anos setenta, a sua dimensão regional. Analisando os dados por sexos, verifica-se que as alunas provinham de regiões mais longínquas do que os alunos, o que estará relacionado com a concepção da enfermagem como profissão vocacional e essencialmente feminina. Em geral, os alunos do curso de auxiliares apresentavam uma situação socio-económica mais desfavorecida do que os do curso geral, recebendo apoios da Escola e dos HUC para prosseguirem os estudos.

IX. Os currículos dos cursos ministrados na Escola da década de 1920 à de 1960¹⁴

O currículo do curso geral ministrado na Escola Ângelo da Fonseca evoluiu de um total de seis disciplinas, nas décadas de 1920 a 1940 (Noções Gerais de Anatomia, Fisiologia e Histologia; de Farmacologia e Análises Clínicas; de Higiene, Microbiologia e Doenças Infecciosas-Parasitárias; Enfermagem Médica Geral e Especial; Enfermagem Cirúrgica), para vinte e seis, em 1949, e trinta e uma, em 1953, o que correspondeu a um aumento da duração do curso de dois para três anos. Ao núcleo central de cadeiras anteriormente previstas, acrescentaram-se, entre outras, as de Técnica de Enfermagem, exclusivamente ligada à profissão, o que evidencia uma certa autonomização em relação à medicina, e várias especialidades, indiciando a progressiva especialização dos cuidados em enfermagem. O currículo de 1965 reestruturou o curso, agrupando o novo total de quarenta e sete disciplinas em cinco grandes áreas de formação (seis períodos lectivos, incluindo o preliminar), segundo um critério que privilegiava a enfermagem e não mais a medicina. Ao lado das Enfermagens Médica e Cirúrgica, que se mantiveram matérias nucleares, destacavam-se então a Materno-infantil, a Psiquiátrica e a de Saúde Pública.

¹⁴ Ver “*Da arte de enfermeiro*”..., pp. 582-617.

Também o currículo do curso complementar ministrado na Escola evoluiu de uma versão simples, de apenas duas ou três cadeiras, destacando-se a de Organização dos Serviços Hospitalares, nos anos vinte a quarenta, para uma versão mais complexa, a de 1953, que distinguia entre a formação geral, para enfermeiros-chefes, e a pedagógica, para monitores, e conferia maior autonomia ao curso, que até então fora uma extensão do curso geral, inserindo cadeiras específicas (Orientação e Direcção de Enfermagem e Pedagogia e Didáctica). Em 1961, acrescentar-se-iam ainda as disciplinas de Sociologia e Psicologia Aplicada à Enfermagem, na formação geral (tomada de consciência de que o bom exercício de funções de chefia exige o domínio de conhecimentos sociológicos e psicológicos), e Métodos de Ensino em Enfermagem, na pedagógica (nova capacidade para adaptar os princípios da Pedagogia Geral ao ensino concreto da enfermagem).

Em relação ao curso de auxiliares de enfermagem, quase todas as disciplinas constantes do currículo de 1949 (nove, entre as quais as de Higiene, Noções Gerais de Anatomia e Fisiologia, Noções de Patologia Geral e Técnica de Enfermagem) estavam também integradas, mesmo que com outras designações, no plano de estudos do curso geral, embora o de auxiliares se distinguisse pela sua duração, três vezes inferior e, logo, pela menor profundidade e especificidade com que os temas eram tratados.

O currículo proposto em 1949 para o curso de pré-enfermagem, criado em 1947 e extinto logo em 1952, evidenciava as contradições que justificariam a duração efêmera do curso. A Escola Ângelo da Fonseca criticava o facto de aquele plano de estudos estar orientado para uma formação específica, e não geral, idêntica à ministrada no ensino liceal. Tornando-se consensual este ponto de vista, a pré-enfermagem deixou de fazer sentido, não havendo porque manter duas vias de acesso ao curso geral.

X. A enfermagem e o ensino de enfermagem em Portugal nas décadas de 1980 e 1990 e a Escola Superior de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca¹⁵

No que respeita à enfermagem enquanto profissão, os anos oitenta e noventa ficaram marcados por vários momentos decisivos, com destaque para a publicação do REPE (*Regulamento do Exercício Profissional dos Enfermeiros*, 1996) e a criação da Ordem dos Enfermeiros (1998), cujo Conselho de Enfermagem elaborou um documento sobre as *Competências do Enfermeiro de*

¹⁵ Ver “*Da arte de enfermeiro*”..., pp. 465-476.

Cuidados Gerais (2003), que significou uma ruptura com o discurso predominante ao longo de todo século XX sobre o papel da enfermeira. Deixa de se considerar a enfermagem uma profissão naturalmente feminina, marcada por uma relação maternal entre a mulher cuidadora e o doente, agora encarado como cliente, e a enfermeira devotada, abnegada, caridosa e submissa ao médico dá lugar ao profissional responsável e autónomo, com espírito crítico e capacidade de acção. Neste contexto, também o ensino da enfermagem sofreu alterações, primeiro com a criação de três Escolas Pós-Básicas (1983), entre as quais a de Coimbra (1987), e mais tarde com a integração no sistema educativo nacional ao nível do ensino superior politécnico (1988). Em 1989 surgiu, assim, a Escola Superior de Enfermagem do Dr. Ângelo da Fonseca, que em 1999 começou a leccionar a licenciatura em enfermagem.

Em 21 de Julho de 2004, por força do Decreto-lei n.º 175/2004, a história da Escola Ângelo da Fonseca cruzou-se com a da Escola Bissaiia Barreto, numa fusão que deu origem à Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, uma instituição pública de ensino superior politécnico, cujos Estatutos foram publicados em Março de 2006.

Conclusão

A Escola de Enfermeiros criada por Costa Simões em Coimbra, em 1881, foi a primeira do país, seguindo-se-lhe, ainda no século XIX, as Escolas de Enfermagem do Hospital Real de S. José, de Lisboa (1887), e do Hospital Geral de S. António, da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1897).

Em Portugal, escasseiam os estudos publicados sobre instituições do género. Na verdade, a história do ensino da enfermagem no país e a da própria enfermagem portuguesa estão ainda, em larga medida, por traçar, e, para isso, será fundamental estudar a origem, a evolução e as características das diversas escolas de enfermagem.

Tanto em Portugal como no estrangeiro, o surgimento e o desenvolvimento das escolas foram uma via de profissionalização da enfermagem. Embora no nosso país esta actividade sempre tenha sido desempenhada por pessoal laico de ambos os sexos, a preferência pelo sexo feminino tornou-se evidente sobretudo após a I Guerra Mundial e foi consagrada na década de quarenta. A adesão do Estado Novo às ideias que desde sempre levaram as mulheres a trabalhar no campo assistencial (a da sua propensão inata para os trabalhos domésticos, os cuidados do corpo e, em ligação com a maternidade, a assistência ao outro) pode justificar-se pela maior docilidade atribuída ao sexo feminino. De facto, a feminização da profissão coincidiu com a quase extinção da intensa actividade sindical registada

nos anos vinte. Por outro lado, a submissão da enfermagem à medicina correspondeu, em grande medida, à sujeição de uma profissão feminina a outra masculina. Embora na década de setenta já fosse idêntico o número de alunos de cada sexo a frequentar as escolas de enfermagem, só muito recentemente esta deixou de ser concebida como uma actividade essencialmente feminina, decorrente das virtudes inatas atribuídas às mulheres, e se assumiu verdadeiramente como profissão, desempenhada por profissionais responsáveis e autónomos.

Principais fontes manuscritas¹⁶

Arquivo da Escola Superior de Enfermagem Ângelo da Fonseca

- AESEAF, 25,1,1 a 25,3,1, Processos das Alunas do Lar, 1950-1967.
- AESEAF, 35,3,31, *Actas da Assembleia de Trabalhadores*, 1974-1976.
- AESEAF, 35,3,32, *Livro de Actas da Comissão de Alunos*, 1972.
- AESEAF, 35,4,2 a 35,4,4, *Livros de Actas do Conselho de Direcção*, 1957-1972.
- AESEAF, 35,4,5 e 35,4,6, *Livros de Actas do Conselho Administrativo*, 1953-1963.
- AESEAF, 35,4,7, *Livro de Actas do Conselho de Gerência*, 1973-1975.
- AESEAF, 35,4,9, *Livro de Actas da Direcção da Escola*, 1973-1974.
- AESEAF, 35,5,3 a 36,1,1, *Programas e Planos de Estudo e Programas 1953/54*.
- AESEAF, B-10,1,1 a B-15,3,5, *Contas de Gerência*, 1953-1969.
- AESEAF, B-20,1,1 a B-20,5,15, *Correspondência Expedida*, 1947-1969.
- AESEAF, B-21,1,1 a B-21,3,5, *Correspondência Recebida*, 1947-1967.
- AESEAF, B-21,5,1 a B-33,3,8, *Correspondência Recebida e Expedida*, 1947-1965.
- AESEAF, Cx. 36,2,2, *Projectos dos Programas de Enfermagem e Proposta de alteração dos Planos de Estudo*.
- AESEAF, 36,2,3, *Relatório da EEAF*, 1979.
- AESEAF, 36,2,5, *Comissão de Gestão*, 1974-1975.
- AESEAF, 36,2,6, *Comissão Instaladora*, 1978.

Secretaria da Escola Superior de Enfermagem Ângelo da Fonseca

- Estatutos do Lar das Alunas-Enfermeiras de Coimbra, 1949.
- Regulamento Geral do Lar das Alunas-Enfermeiras de Coimbra, 1953.

¹⁶ Para uma lista detalhada das fontes manuscritas consultadas, bem como da bibliografia e fontes impressas e das publicações periódicas consultadas, ver "*Da arte de enfermeiro*"..., pp. 630-643.

Bibliografia essencial

- CONSELHO DE ENFERMAGEM da Ordem dos Enfermeiros, *Divulgar Competências do Enfermeiro de Cuidados Gerais*, s.l., Ordem dos Enfermeiros, 2004.
- COSTA, Alberto, *Enfermagem: guia de enfermagem profissional e auxiliar do médico prático*, 5.^a ed., Coimbra, s.n., 1956.
- *Dez anos de História dos Hospitais da Universidade de Coimbra sob a direcção do Prof. João Porto. 1942-1952*, Coimbra, Casa de Pessoal dos Hospitais da Universidade de Coimbra, 1953.
- KNIBIEHLER, Yvonne (dir.), *Cornettes et blouses blanches: les infirmières dans la société française 1880-1980*, s.l., Hachette, 1984.
- LEROUX-HUGON, Véronique, *Des saintes laïques: les infirmières à l'aube de la troisième république*, Paris, Sciences en Situation, 1992.
- MOURÃO, Alberto, *Crónica dos Hospitais da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Hospitais da Universidade de Coimbra, 1994.
- NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Um olhar sobre o ombro: enfermagem em Portugal (1881-1998)*, Loures, Lusociência, 2003.
- SIMÕES, António Augusto da Costa, *A minha administração dos Hospitais da Universidade. Uma gerência de 15 anos sob a reforma de 1870*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1888.
- SUMMERS, Anne, *Angels and Citizens. British women as military nurses 1854-1914*, Londres e Nova York, Routledge & Kogan Paul, 1988.

Principais publicações periódicas

- *A Enfermeira*, Lisboa, fasc. 1, 1937 – fasc. 7, 1943.
- *A Medicina Contemporânea*, Lisboa, 1883-1922, Novembro 1930 – Fevereiro 1931, Julho 1942.
- *A Voz do Enfermeiro*, Lisboa, n.º 1, Agosto 1931 – n.º 28, Dezembro 1933.
- *Arquivo do Enfermeiro*, Lisboa, n.º 2, 1925 – n.º 10, 1926 (1.^a série); n.º 1, 1943 – n.º 11, 1944 (2.^a série).
- *Coimbra Médica*, Coimbra, 1881-1900, 1942.
- *Enfermagem Portuguesa, Revista Técnica e Cultural*, Lisboa, n.º 1, Janeiro/Fevereiro 1958 – n.º 12, Novembro/Dezembro 1959.
- *O Enfermeiro Português*, Porto, n.º 1, Outubro 1929 – n.º 6, Novembro 1930.
- *Referência*, Coimbra, n.º 1, Setembro 1998 – n.º 12, Novembro 2004.